



A CARTA ANTECIPANDO O SÍNODO DA AMAZÔNIA: UMA LEITURA LITERÁRIA DA *LAUDATO SI'*

*The Letter Anticipating the Synod for the Amazon: a Literary Reading
of Laudato Si'*

Jéssica Aracelli Rocha *

RESUMO: Através do *close reading*, procura-se demonstrar que a realização de um sínodo sobre a Amazônia já se descortinava nos elementos literários da *Laudato Si'*: a forma espiral sugere que o objetivo do diálogo é a gradual formação de grupos que possam prevalecer sobre os grupos de poder existentes; a antecipação demonstra que existe a possibilidade de diálogo entre os opostos, uma vez que a sua argumentação apresenta valores comuns; as metonímias revelam estratégias de ocultamento de danos ambientais; a prosopopeia aproxima o pobre sem voz e a natureza sem vez (excluída), demandando inclusão social para o pobre e consideração com o meio no desenvolvimento socioeconômico. A encíclica já anunciava o sínodo, porque, reunindo problemas ambientais e de inclusão social, a região apresenta um contexto privilegiado para a discussão desses problemas em conjunto – a visão preconizada pelo autor – para novos paradigmas de desenvolvimento sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Sínodo da Amazônia. Teologia. Literatura. *Laudato Si'*. Meio ambiente.

ABSTRACT: Using the *close reading method*, this article seeks to show that the decision to hold a synod on the Amazon was already implicit in the literary elements of *Laudato Si'*. Its spiral form suggests that the dialogue aims at the gradual formation of groups that can prevail over the existing power groups. The use of

* Richmond University, Richmond, Virginia, EUA.

anticipation demonstrates the possibility of dialogue between opposing groups, once the arguments of *Laudato Si'* reflect common values; that of metonymy reveals strategies concerning the concealment of environmental damage; the rhetoric of prosopopeia brings the voiceless poor closer to the voiceless nature, demanding social inclusion for the underprivileged and the consideration of environmental issues in socioeconomic development. The encyclical anticipates the synod, since the Amazon region provides an ideal context to discuss both environmental problems and social inclusion — as suggested by the author — in order to create new patterns of sustainable development.

KEYWORDS: Pan-Amazonian Synod. Theology. Literature. *Laudato Si'*. Environment.

Introdução

"Esquecemo-nos de que nós mesmos somos terra (Gn 2, 7). O nosso corpo é constituído pelos elementos do planeta", diz o Papa Francisco¹. O ser humano é mais que terra... Além do corpo, somos alma, somos espírito. Mas, desse modo, o Papa estabelece uma rica metáfora, enlaçando o seu pensamento ao do autor do Gênesis, aproximando a atualidade da Carta à intemporalidade da reflexão bíblica, o ser e o meio. Seguindo os passos do pontífice, vamos procurar unir, por meio da leitura, o universal e o local nesta análise²:

O Papa Francisco [...] chamou a atenção mundial para a crise ambiental por que passa nosso planeta. [...] Queiramos ou não, o fato é que atravessamos mudanças climáticas muito sérias. O derretimento da Antártida, a elevação do nível do mar, o avanço da desertificação, a escassez de água potável, a acentuação do calor, tudo [...] agravado pela ação humana. Nesse contexto o alerta papal emana do amor ao próximo que tem o direito de viver com dignidade. O planeta é nossa casa e, se a depredarmos, não temos para onde ir. As futuras gerações têm de ser preservadas (VIEIRA, 2018, p. 2).

¹ A metodologia literária adotada no processo do *close reading* enfatiza a materialidade do texto. Contudo, "não procura fechar o texto afastando-o da história, ou reclamando que a literatura não é produto do seu contexto histórico ou social. Ao contrário, [...] o processo de produção literária deve ser entendido como uma investigação do seu contexto (JANCOVICH, 1993, p. 142)". Buscando seus processos formais e de produção de sentido em uma detida compreensão dos detalhes significativos e das recorrências, da técnica do escritor e da retórica, da forma global do texto e dos seus significados parciais no conjunto da obra, do estilo e da sua relação com a tradição (BONNICI, 2009), essa leitura detalhada exige a proximidade do texto no processo interpretativo e se beneficia da sua proximidade na recepção da análise. Por este motivo, não vamos realizar citações pontuais da encíclica, uma vez que o procedimento seria incoerente em relação à metodologia adotada. Contudo, para que as citações possam ser consultadas, registramos o número dos parágrafos junto das citações. Todos os destaques dos textos são nossos.

² As reflexões de Dom Luiz Soares Vieira representam o ponto de vista local.

Dom Luiz Vieira³ rompe com os clichês: a *flora precisa ser preservada, a fauna precisa ser preservada, o meio ambiente precisa ser preservado*. Na visão proposta pelo arcebispo, as *gerações humanas* precisam ser preservadas. Ele aproxima o homem e a natureza, assinalando que o respeito ao meio ambiente não é — como ressoa alguns discursos de fundo progressista — um favor que o dominador dispensa ao meio que submete. Sua argumentação procura balançar, chocar, desestabilizar o leitor. O homem não quer se lembrar do meio ambiente; esquecendo, contudo, que, ao destruir o meio, “puxa o próprio tapete” e de que, ao preservá-lo, nada mais faz do que proteger sua própria casa, protegendo, com ela, sua própria vida.

Esse artigo reflete sobre as razões para um sínodo sobre a Amazônia a partir dos elementos literários da *Laudato Si'*. Com a proposta de uma leitura literária em *close reading* — que tem suas origens na exegese bíblica e na hermenêutica —, não estamos considerando a encíclica um texto literário. Predomina a função denotativa. No entanto, a Carta foi concebida dentro de um gênero. É preciso lembrar, ainda, que a própria linguagem está repleta de metáforas e que a organização textual pode, muitas vezes, conformar, por sua peculiar disposição, uma figura.

1 A forma do texto

A forma literária interna carrega o sentido mais profundo de um texto. Na *Laudato Si'*, chama a atenção um constante chamado ao diálogo⁴. Contudo, percebe-se que, no decorrer da Carta, esse pedido se desdobra em níveis cada vez mais amplos — sob a forma de círculos cada vez maiores. Desde o início, a Carta sublinha a necessidade de diálogo: “Lanço um convite urgente a renovar o *diálogo* sobre a maneira como estamos a construir o futuro do planeta. Precisamos de um debate que nos una a todos (n. 14)”; “a necessidade de *debates* sinceros e honestos (n. 16)”; “deve escutar e promover o *debate* honesto entre os cientistas, respeitando a diversidade de opiniões (n. 61)”. Como se pode averiguar por sua sinonímia (*debate*, *discussão*), o diálogo é um tema que nunca se perde ao longo da Carta. Sua argumentação deixa entrever encontros, reuniões, associações, comunidades desde o nível local: “a instância local pode fazer a diferença. [...] aqui é possível gerar uma maior responsabilidade, um forte sentido de *comunidade* (n. 179)”; “Podem-se facilitar *formas de cooperação* ou de *organização comunitária* que defendam os interesses dos pequenos produtores

³ Dom Luiz Soares Vieira é arcebispo emérito de Manaus (1992-2012). Foi vice-presidente da CNBB (2007-2011). É autor de diversos livros de crônicas e membro da Academia Amazonense de Letras.

⁴ O *close reading* ainda nos permite, por meio das frequentes citações, apresentar uma discussão em diálogo — o diálogo entre o geral e o local, o diálogo entre o texto e o comentário.

[...] *acordos entre populações vizinhas* (n. 180)”; “no debate, devem ter um lugar privilegiado os *moradores locais* (n. 183)”. No entanto, à medida que a encíclica vai-se desenvolvendo, o texto gradualmente passa a preconizar um diálogo entre grupos maiores, com maior vínculo entre os membros e mais comprometido com as causas em questão.

A Carta sublinha a necessidade de interação no plano do conhecimento: “a ciência e a religião, que fornecem diferentes abordagens da realidade, podem entrar num diálogo intenso e frutuoso para ambas (n. 62)”; “é indispensável um *diálogo entre as próprias ciências* (n. 201)”; “isto deveria levar as *religiões* a estabelecerem diálogo entre si (n. 201)”. Esse diálogo deveria acontecer em diversos planos, desbordando, inclusive, as fronteiras nacionais. Assim começaríamos a perceber, com essa defesa de organismos e instituições internacionais, um *terceiro plano* do diálogo – e, com ele, a forma interna do texto: “Para enfrentar os problemas de fundo, que não se podem resolver com ações de países isolados, torna-se indispensável um *consenso mundial* (n. 164)”; “Neste contexto, torna-se indispensável a maturação de *instituições internacionais* mais fortes e eficazmente organizadas (n. 175)”. O diálogo é uma proposta – e uma estratégia – a ser desenvolvida no plano local, nacional e, ainda, no plano internacional.

O roteiro de temas esclarece que, “Embora cada capítulo tenha a sua temática própria e uma metodologia específica, o sucessivo retoma por sua vez, a partir duma nova perspectiva, questões importantes abordadas nos capítulos anteriores (n. 16)”. Trata-se, portanto, de uma Carta concebida no gênero ensaio – porque essa forma revisionista é uma das formas do ensaio –, mas essa sucessiva retomada também assinala a forma específica *desse* ensaio. A proposta do diálogo está presente desde o primeiro capítulo, mas retorna e se amplia de maneira crescente até o quinto capítulo, no qual integra todos os subtítulos: 5.1) O *diálogo* sobre o meio ambiente na política internacional. 5.2) O *diálogo* para novas políticas nacionais e locais. 5.3) *Diálogo* e transparência nos processos decisórios. 5.4) Política e economia *em diálogo* para a plenitude humana. 5.5) As religiões no *diálogo* com as ciências. Na sua forma interna, esse texto revela uma espiral.

Do ponto de vista local, qual a necessidade do diálogo? Através das repetições (“chega”, “chega”, “chega”), Dom Luiz procura, poeticamente, revelar uma realidade prismática:

Existem várias maneiras de ver a Amazônia. Chega um turista e entusiasma-se com a presença da flora exuberante, a fauna diversificada, a beleza dos rios, o panorama magnífico, os povos indígenas; para ele tudo é tido como exótico. Chega um empresário e logo sonha em explorar a madeira da floresta, ou em tirar do subsolo quantidades enormes de minério que podem dar-lhe rendimentos fabulosos. Chega um pecuarista e imagina transformar a floresta em pastos imensos, onde rebanhos de animais fariam sua riqueza. Chega um militar e pensa na defesa da região contra possíveis investidas de países à busca

de novas colônias. Chega um político e soma votos para eleger-se [...]. Chega [...] A Amazônia [...] [apresenta] várias realidades que têm traços comuns ao lado de diferenças expressivas (VIEIRA, 2018, p. 1).

Pulmão do planeta, casa dos índios. Há uma perspectiva global. Há uma perspectiva local. Há diversas perspectivas na compreensão do meio ambiente. Há distintas interpretações, mas a interpretação pode ser simplesmente diferente da realidade. A Amazônia convida ao diálogo. Trata-se de uma realidade cuja poesia – cuja beleza e pluralidade – vive, em primeiro lugar, sob a ameaça da incompreensão. A floresta vive sob a ameaça de mentes que não estão abertas a realidades distintas (da sua) e a realidades plurais, porque se limitam a ver o mundo-outro como uma peça a mais da sua engrenagem, do seu próprio mundo mental. A vastidão da Amazônia não cabe nem nos interesses nem na compreensão de um único homem.

A necessidade de uma *perspectiva multidisciplinar* é uma das principais motivações para o debate desenvolvidas na Carta tendo em vista a resolução dos problemas do meio ambiente – “a reflexão deveria identificar possíveis cenários futuros, porque não existe só um caminho de solução. Isto deixaria espaço para uma variedade de contribuições que poderiam entrar em diálogo a fim de se chegar a respostas abrangentes (n. 60)”. Existem diversas formas de lidar com os problemas ambientais, porque há diversas formas de compreender um problema no âmbito do conhecimento. No entanto, a Carta não se volta para uma especialização que possa maximizar o aproveitamento de cada recurso disponível. Tampouco sugere somente soluções sob diversas perspectivas. A Carta orienta para o avanço de uma perspectiva *multidisciplinar*, mas também reconhece suas limitações e a necessidade de avançar para um segundo momento:

A especialização própria da tecnologia comporta grande dificuldade para se conseguir um olhar de conjunto. A fragmentação do saber realiza a sua função no momento de se obter aplicações concretas, mas frequentemente leva a perder o sentido da totalidade, das relações que existem entre as coisas [...] Isto impede de individuar caminhos adequados para resolver os problemas mais complexos do mundo atual, sobretudo os do meio ambiente e dos pobres, que não se podem enfrentar a partir de uma única perspectiva nem de um único tipo de interesses. Uma ciência, que pretenda oferecer soluções para os grandes problemas, deveria necessariamente ter em conta tudo o que o conhecimento gerou nas outras áreas do saber, incluindo a filosofia e a ética social (n. 110).

A palavra-chave da Carta para o diálogo – sem nunca mencioná-la de modo direto – é complementariedade. Em um primeiro momento, soluções sob diversas perspectivas. Em seguida, a complementação entre as distintas formas de compreender os problemas do meio. O autor alerta para o risco da segmentação preconizando uma *perspectiva multidisciplinar* e global. É preciso “procurar que as soluções sejam propostas a partir duma perspectiva global e não apenas para defesa dos interesses de alguns

países (n. 164)”. A forma espiralada do texto sugere que a *multidisciplinariedade* – um dos círculos do diálogo – também tem o objetivo de reunir o maior número de pesquisadores em defesa do meio ambiente em âmbito nacional e internacional.

A sugestão de uma *perspectiva multidisciplinar* se duplica no pedido de uma *perspectiva multicultural* na compreensão dos problemas do meio-ambiente. “Todos podemos colaborar [...] no cuidado da criação, cada um a partir da sua cultura, experiência, iniciativas e capacidades (n. 14)”. A natureza carrega significados distintos: na cultura de diferentes nações – o bioma da Pan-Amazônia é compartilhado por nove países; integra expressões de diferentes tradições populares; carrega símbolos importantes para distintas religiões. A soma de todos os argumentos é importante na sua defesa. Os especialistas não podem desprezar a contribuição dos moradores locais, uma vez que o meio está relacionado às expressões culturais, às tradições e à identidade de um povo.

Dando passo a um dos grandes eixos no roteiro da Carta – a interligação –, a *perspectiva multidisciplinar e multicultural* – em nível local, nacional e global – permitiria uma visão de conjunto que se coloca a serviço do objetivo maior da preservação no desenvolvimento sustentável. Entre os eixos da encíclica, está “a convicção de que tudo está estreitamente interligado no mundo (n. 16)”. Por um lado, por razões teológicas, a Carta nos convida a um sentimento de união com o mundo. “Se nos sentirmos intimamente unidos a tudo (n. 11)”. Por outro lado, reforça a mencionada necessidade de um olhar de conjunto na análise dos problemas ambientais. “Buscar apenas um remédio técnico para cada problema ambiental que aparece, é isolar coisas que, na realidade, estão interligadas e esconder os problemas verdadeiros e mais profundos do sistema mundial (n. 111)”. A Natureza, em sua interdependência, não pode ser compreendida de maneira segmentada. É preciso lembrar que a observação parcial não pode solucionar problemas que se ramificam em diversas direções e exibem consequências sob diversas perspectivas. Contudo, comparando diferentes partes da Carta, descortina-se, ainda, outro benefício do diálogo sob tantas perspectivas – a transparência. Os debates, conduzidos dessa forma, podem proporcionar respostas que beneficiem o maior número de pessoas envolvidas como podem impedir que o interesse particular – e com ele a corrupção – venha, sob alguma perspectiva, a prevalecer sobre o coletivo.

Tornando-se o mundo uma casa comum, quem se fará responsável por respostas que beneficiem o maior número de países nas decisões de impacto global? Refletindo sobre essa questão, surge outro importante motivo para o diálogo na estrutura argumentativa da Carta. Verifica-se um paralelismo. Há grupos de interesse que procuram barrar as medidas de defesa do meio ambiente no plano interno... Há países ricos que não querem colaborar

em certas questões ambientais de impacto internacional. Os problemas do efeito estufa, por exemplo, recorda, ainda estão pendentes “por causa das posições dos *países que privilegiam os seus interesses nacionais* sobre o bem comum global (n. 169)”. A Carta denuncia grupos de poder que emperram as decisões assumidas nos debates em prol do meio ambiente. “Outras potencialidades que adquirimos, nos dão um poder tremendo. Ou melhor: dão, *àqueles que detêm o conhecimento e sobretudo o poder econômico* para o desfrutar, um domínio impressionante sobre o conjunto do gênero humano e do mundo inteiro (n. 104)”. O autor recupera, nessa encíclica, o repisado problema do poder concentrado em pequenos grupos, para alertar sobre o *poder global* em reduzidos grupos de interesse. Ele volta à questão para registrar, por meio de seus elementos literários, uma sugestão de combate.

Percebe-se que a Carta utiliza recursos de sugestão implícitos e níveis distintos de significado, sobretudo, quando, em contraste, nos deparamos com passagens nas quais o pensamento se expressa de maneira muito clara e direta: “As cimeiras mundiais sobre o meio ambiente dos últimos anos não corresponderam às expectativas, porque não alcançaram, *por falta de decisão política*, acordos ambientais globais realmente significativos e eficazes (n. 166)”. Os grupos de interesse já contam com uma agenda e com um posicionamento. Diante desse cenário, a falta de mobilização não representa neutralidade, mas a aceitação passiva de um conjunto de decisões que abordam as questões ambientais com parcialidade — decisões que atingem a todas as pessoas.

Por contraste, ainda é possível observar que, nas suas considerações sobre os problemas ambientais em nível local, a Carta expõe de maneira direta o que não comenta — não poderia comentar — de modo aberto nas suas reflexões sobre a política internacional:

Dado que o direito por vezes se mostra insuficiente devido à corrupção, requer-se uma decisão política sob pressão da população. A sociedade, através de organismos não-governamentais e associações intermédias, deve forçar os governos a desenvolver normativas, procedimentos e controles mais rigorosos. Se os cidadãos não controlam o poder político — nacional, regional e municipal —, também não é possível combater os danos ambientais (n. 179).

Essa é uma das críticas centrais do documento. Os problemas são discutidos, mas, por falta de vontade política, as ações definidas não são colocadas em prática. O grande implícito da Carta — um dos motivos sob a orientação de *perspectivas multidisciplinares e multiculturais* na compreensão do meio ambiente — é o de que a discussão das questões ambientais não pode se restringir a encontros promovidos pelos grupos de poder. No plano internacional, faltam organismos que possam estabelecer diálogo com esses grupos. Como superar o problema? A forma da espiral no texto da encíclica sugere que o diálogo (I) em níveis cada vez maiores se presta à estratégica formação de grupos e organizações internacionais com independência

para o diálogo (II) com os grupos de poder e autoridades constituídas. Essa é uma das linhas mestras da *Laudato Si'* — uma das suas principais sugestões. Formar grupos que possam dar combate a outros grupos.

A própria ciência e tecnologia podem ser colocadas a serviço de grupos de interesse. “A ciência e a tecnologia não são neutras, mas podem [...] envolver diferentes intenções e possibilidades que se podem configurar de várias maneiras (n. 114)”. A Carta está apresentando, desse modo, uma razão mais profunda para a necessidade do diálogo e, com esse argumento, procura mesmo ir às causas da formação desses grupos de interesse. “Não podemos pensar que os programas políticos ou a força da lei sejam suficientes [...] porque, quando *é a cultura que se corrompe* [...] as leis só se poderão entender como imposições arbitrárias e obstáculos a evitar (n. 123)”. Percebe-se que a encíclica não diz apenas que há visões de mundo ou ideologias divergentes no cenário internacional. A cultura está corrompida. Há visões de mundo desfiguradas. Esse é o vórtice no centro da encíclica. O autor chama a um debate *multicultural* e a uma *perspectiva multidisciplinar* na defesa do meio ambiente. Convida o povo e os intelectuais para a construção de uma nova sociedade. No entanto, ele mesmo alerta para a possibilidade de que o paradigma tecnocrático⁵ — de que o arrastamento dessa correnteza subterrânea —, possa prevalecer no diálogo com o outro e, pior, no diálogo entre os próprios aliados — entre os próprios representantes das perspectivas *multidisciplinares* e *multiculturais*, sobre o pensamento da unidade.

Como superar essas causas profundas? Em face do panorama ideológico na sociedade contemporânea, a Carta convida a uma mudança de pensamento. “O que está acontecendo põe-nos perante a urgência de avançar numa corajosa *revolução cultural* (n. 114)”. A formação dos grupos de poder é consequência de um pensamento já cristalizado em diversos paradigmas. O que a Carta não diz? *É preciso mudar a nossa própria forma de pensar que se reflete nos nossos hábitos e que não se transforma porque está imersa nos hábitos e na forma de pensar dominante*. Qualquer solução para os problemas ambientais conformada nesses moldes terá apenas um caráter paliativo e provisório até que haja o predomínio de outra forma de pensar com distintos paradigmas — até que venha a prevalecer uma forma de pensar capaz de comportar uma autêntica consciência ecológica.

O pensamento que assiste a formação dos grupos de interesse e que corrompe a cultura e a ciência está tão alastrado na mídia, internalizado na maneira de pensar e cultivado em hábitos que somente o diálogo — encon-

⁵ Nesse paradigma a técnica está acima do ser humano. “A vida passa a ser uma rendição às circunstâncias condicionadas pela técnica, entendida como o recurso principal para interpretar a existência (n. 110)”. Quando a técnica torna-se um eixo para interpretar a existência, o consumo com a fruição dos seus benefícios torna-se o sentido da vida.

tros, associações, comunidades, congressos e a formação de organizações e instituições internacionais — NÃO pode trazer a sua completa transformação. A Carta tem, portanto, um alvo maior. Deveria haver, segundo o autor, “um olhar diferente, um pensamento, uma política, um programa educativo, um estilo de vida e uma espiritualidade que oponham resistência ao avanço do paradigma tecnocrático (n. 111)”. A devastação do meio ambiente não se resolve apenas com iniciativas, projetos e leis. A verdadeira defesa do meio acontece através de profundas mudanças no pensamento, no estilo de vida e na educação. A argumentação confere, inclusive, uma forma especial a essa ideia por meio de um *aforismo*. “Não haverá uma nova relação com a natureza, sem um novo ser humano (n. 118)⁶”. Surge o último nível da espiral. Somente o diálogo — encontros, associações, comunidades, congressos e a formação de organizações e instituições locais, nacionais e internacionais – que não se volte apenas para a resolução de problemas gerados pelo velho paradigma, mas possa oferecer a todos os valores de outra forma de pensar poderá combater a esse paradigma e dar vitória ao pensamento da unidade.

2 Antecipação

A antecipação é um tropo retórico no qual a própria argumentação refuta possíveis objeções de maneira antecipada. O convite a uma nova forma de pensar já assinala a existência de um antagonismo no contexto da Carta. Percebe-se que o autor não oferece uma simples definição do *paradigma tecnocrático*, mas opta por uma caracterização em diversos âmbitos: na economia, “todo o desenvolvimento tecnológico [é assumido] em função do lucro” (n. 109); na política, entende-se que “os problemas da fome e da miséria no mundo serão resolvidos simplesmente com o crescimento do mercado (n. 109)”; em relação ao meio ambiente, surge no “falso pressuposto” da inesgotabilidade da energia e de recursos, da possibilidade de regeneração e da assimilação das consequências negativas (n. 106)⁷. Essa organização do tema sugere que tal paradigma “homogêneo e unidimensional (n. 106)” em essência precisa ser reconhecido sob uma série de distintas situações – sob distintas aparências.

⁶ Na crônica de “Atacar as Causas dos Problemas” — cap. Amazonas —, por meio de uma imagem, Dom Luiz aproxima tradição bíblica e sabedoria popular: “Faz tempo que aconteceu. Em uma reunião de comunidade do interior, levantou-se um caboclo e disse ‘Devemos enfrentar os problemas do mesmo jeito que enfrentamos as cobras’. Ele queria dizer que a cobra se mata pela cabeça e não pelo rabo. Embora na frase exista um modo errado de ver a natureza (as serpentes não devem ser eliminadas, mas manejadas), há nela enorme sabedoria. Cobras atacadas no rabo se voltam contra o agressor. Problemas enfrentados somente nos efeitos retornam mais fortes (VIEIRA, 2015, p. 47)”.

⁷ O autor está citando a doutrina social.

A Carta explica que essa centralidade da técnica gera uma atitude amplamente disseminada — um estilo de vida. “Não deveria surpreender que, juntamente com a omnipresença do paradigma tecnocrático [...] se desenvolva nos indivíduos este relativismo [prático] no qual tudo o que não serve os próprios interesses imediatos se torna irrelevante (n. 122)”. Contudo, a Carta não explica de maneira direta o ponto de contato entre o *paradigma tecnocrático* e o *relativismo prático*. Com a especialização do conhecimento, “a fragmentação do saber realiza a sua função [...] [em] aplicações concretas, mas frequentemente leva a perder o sentido da totalidade, das relações que existem entre as coisas (n. 110)”. Essa é a relação — apenas dedutível da organização textual — entre o *paradigma tecnocrático* e o *relativismo prático*. O lateral se torna central. Na atitude relativista, o interesse individual imediatista se sobrepõe ao coletivo. No paradigma tecnocrático, a especialização conduz ao aprofundamento de um aspecto do saber, deixando de lado a visão de conjunto. O parcial obsta a visão global. A segmentação do saber leva a um modo de pensar fragmentado — que vai dos modos de produção para a ciência e da ciência para a educação. Esse paradigma tende a cegar para o todo. Fecha para as necessidades do coletivo. Gera indiferença. Esse paradigma é o outro da Carta.

A antecipação, incorporando futuras críticas ou críticas precedentes que possam se repetir, é uma figura de linguagem que estabelece diálogo. O recurso é bastante frequente na Carta. “Quando se colocam estas questões, *alguns* reagem acusando *os outros* de pretender parar, irracionalmente, o progresso e o desenvolvimento humano (n. 191)”. Percebe-se que esse discurso antagônico procura rotular aqueles que defendem o meio ambiente: *São aqueles que desejam barrar o progresso*. “Trata-se de abrir caminho a oportunidades diferentes, que não implicam frear a criatividade humana nem o seu sonho de progresso, mas orientar esta energia por novos canais (n. 191)”. *São aqueles que desejam cercear a criatividade*. “Isto não implica opor-se a toda e qualquer inovação tecnológica que permita melhorar a qualidade de vida duma população. Mas, em todo o caso, deve permanecer de pé que a rentabilidade não pode ser o único critério (n. 187)”. *São aqueles que não desejam a inovação tecnológica*. Trata-se de uma estratégia de manipulação. O destinatário das críticas deve escolher entre a imagem desfavorável ou agir da maneira imposta. O discurso antagônico procura estabelecer uma dicotomia na qual a defesa do meio ambiente fica ligada ao retrocesso, enquanto reserva para si mesmo a imagem do progresso.

A antecipação revela o embate com um discurso unilateral, que opta por rotular a visão divergente, evitando um diálogo no qual poderiam ser trazidos à luz os seus interesses. Também procura antecipar uma saída para o diálogo nessas condições. Sugere uma atitude diante dessa dificuldade. A figura descortina a visão oposta com a sua manipulação. “Não se pode proibir a um artista que exprima a sua capacidade criati-

va, também não se pode obstaculizar quem possui dons especiais para o progresso científico e tecnológico (n. 113)”. Antecipa sua defesa (1), para, em seguida, apresentar seu próprio ponto de vista (2). “Ao mesmo tempo, [também] *não se pode deixar de considerar* os objetivos, os efeitos, o contexto e os limites éticos de tal atividade (n. 131)”. A estruturação da antecipação sugere ainda um terceiro passo para o diálogo com estes grupos. Perante o imediatismo, o autor propõe soluções que atendam ao presente, mas *sem deixar de contemplar as consequências a longo prazo*. Diante da afirmação da necessidade de progresso, preconiza um progresso *sustentável*. Em face do desenvolvimento da ciência e tecnologia, solicita uma ciência e tecnologia *pautadas por atitudes éticas e responsáveis* em relação ao contexto social e ao meio ambiente. A saída é (3) ancorar a argumentação em valores comuns. A análise da antecipação assinala, ainda, que não há oposição em relação a alguns dos valores centrais nas questões em debate – progresso, desenvolvimento da ciência e tecnologia – e, uma vez que existem valores comuns, existe, portanto, a possibilidade de diálogo e de entendimento entre os grupos.

3 Metonímia

No subtítulo “Diálogo e transparência nos processos decisórios”, a Carta desvenda uma série de mecanismos de ocultação que precisariam ser enfrentados por meio do diálogo. No primeiro parágrafo já se encontra a oposição temática central desta seção – transparência-corrupção. O segundo e o quarto apresentam o caráter geral da discussão, enquanto, intercalados entre estes, surgem o que parecem ser questões particulares. Nesta seção, cumprindo com o programa assinalado no título do capítulo – “Algumas linhas de orientação e de ação” –, surgem diversas *orientações gerais*. No entanto, a argumentação procura sugerir – em forma lateral, moduladas e sob a forma do comentário de *situações específicas* – problemas que costumam emperrar a implementação das medidas cabíveis nos projetos de meio-ambiente. Assim as situações específicas são, na verdade, situações de caráter exemplar. Através dessas relações metonímicas, o autor revela estratégias recorrentes de ocultamento de danos ambientais – práticas generalizadas:

1) “A corrupção, que esconde o verdadeiro impacto ambiental dum projeto em troca de favores, *frequentemente* leva a acordos ambíguos que fogem ao dever de informar [a previsão do impacto ambiental] (n. 182)”. Trata-se de uma relação metonímica – a parte pelo todo, o frequente pelo generalizado. *Não realizar o estudo do impacto ambiental*.

2) “*Alguns projetos*, não apoiados por uma análise bem cuidada, podem afetar profundamente a qualidade de vida dum lugar [...] (n. 184)”. A

ideia parece limitar-se a alguns projetos. No entanto, a encíclica encaminha seus argumentos no parágrafo para a observação de que “A cultura consumista [...] pode favorecer análises demasiado rápidas ou consentir a ocultação de informação (n. 184)”. O generalizado imediatismo da cultura consumista favorece análises rápidas e a ocultação de informações.... Não se trata, portanto, apenas de alguns projetos. O início do parágrafo está sugerindo um problema recorrente na implantação de projetos de meio ambiente. *Não apresentar análises profundas das consequências dos projetos, mas apenas análises ou pareceres rápidos.*

3) “Isto vale sobretudo *quando um projeto* pode causar um incremento na exploração dos recursos naturais, nas emissões ou descargas, na produção de resíduos, ou então uma mudança significativa na paisagem, no habitat de espécies protegidas (n. 184)”. Neste parágrafo, torna-se especialmente discernível a prática generalizada. “*Quando surgem eventuais riscos* para o meio ambiente que afetam o bem comum presente e futuro, esta situação exige ‘que as decisões sejam baseadas num confronto entre riscos e benefícios previsíveis para cada opção alternativa possível’ (n. 184)”. O autor restringe sua observação a alguns casos – “quando um projeto pode causar”, “quando surgem eventuais riscos”. No entanto, a relação metonímica aponta para a prática generalizada. *Não expor os riscos ambientais, centralizando o discurso somente nos benefícios dos projetos.*

4) A Carta cita a Declaração do Rio, de 1992: “Quando existem ameaças de danos graves ou irreversíveis, a falta de certezas científicas absolutas não poderá constituir um motivo para adiar a adoção de medidas eficazes (n. 186)”. Na Declaração, há uma orientação aplicável a um conjunto de situações específicas – “quando existem ameaças de danos graves”. Contudo, considerando a mobilização dos argumentos em favor de orientações para a discussão de projetos ambientais por meio de relações metonímicas, entende-se que esse recorte da Declaração sugere uma prática generalizada na aprovação de projetos que desejam prosseguir com uma intervenção de risco. *Não considerar objeções aos projetos, exigindo provas científicas completas do futuro dano ambiental.*

5) “Na hora em que aparecessem novos elementos de juízo a partir de ulteriores dados informativos, deveria haver uma nova avaliação com a participação de todas as partes interessadas (n. 187)”. A Carta parece limitar-se ao comentário de uma situação específica – o que fazer quando surgem novos elementos depois da discussão de um projeto. No entanto, o subtítulo, que sugere orientações para a transparência nos processos decisórios dos projetos de meio ambiente, e as recorrentes metonímias tratando dessa questão, os dois assinalam nova estratégia de ocultamento de danos. *Não permitir a revisão de projetos em andamento, alegando que as decisões já foram encaminhadas.*

6) “Muitas vezes, o discurso do crescimento sustentável torna-se um diversivo [...] que absorve valores do discurso ecologista dentro da lógica da finança e da tecnocracia, e a responsabilidade social e ambiental [...] reduz-se [...] a [...] publicidade e imagem (n. 194)”. Sob a capa do frequente – “muitas vezes”, a Carta introduz outra prática de ocultamento de danos ambientais. *Ocultar a perspectiva de danos ambientais sob o discurso da sua defesa – sob a ideia de crescimento sustentável, sob tópicos do discurso ecologista ou, até mesmo, sob a responsabilidade social.*

7) “Quando se analisa o impacto ambiental de qualquer iniciativa econômica, costuma-se olhar para os seus efeitos no solo, na água e no ar, mas nem sempre se inclui um estudo cuidadoso do impacto na biodiversidade (n. 35)”. Alguns parágrafos do início da Carta antecipavam o desenvolvimento do tema nesta seção. O autor não abre nem deixa passar a questão – “nem sempre”. *Burlar o impacto na biodiversidade, i.é, ocultar a existência de dano para algumas das espécies animais ou vegetais.*

8) “Muitas vezes encontra-se uma cidade bela e cheia de espaços verdes e bem cuidados nalgumas áreas ‘seguras’, mas não em áreas menos visíveis, onde vivem os descartados da sociedade (n. 45)”. O autor reitera a necessidade de atentar a essa questão. “Muitas vezes falta uma consciência clara dos problemas que afetam particularmente os excluídos. [...] Com efeito, na hora da implementação concreta [do projeto], permanecem frequentemente no último lugar (n. 49)”. Nesse ponto, a Carta não se limita aos problemas do meio ambiente, mas atende ao duplo eixo – o pobre e o meio. O projeto assegura uma fachada para a impunidade. Esconde um tratamento desigual. *Construir fachadas de legalidade e preservação, enquanto o impacto é desejado sobre a população mais pobre.*

9) “As barragens e outras construções vão tomando posse dos habitats e, por vezes, fragmentam-nos de tal maneira que as populações de animais já não podem migrar nem mover-se livremente (n. 35)”. Os animais recebem reservas, mas percebe-se que seu espaço, segmentado, deixou de apresentar as condições necessárias para a continuidade da espécie. *Discute-se o impacto central de uma obra, silenciando consequências secundárias.* No seu duplo eixo, a Carta assinala novo subterfúgio em relação ao pobre. “Com frequência parece que os seus problemas se colocam como um apêndice, como uma questão que se acrescenta quase por obrigação ou periféricamente (n. 49)”. *Atende-se ao impacto social para a população em geral, desatendo suas consequências para os pobres.*

A Carta assinala práticas comuns nas propostas de exploração de recursos do meio. Sugere, desse modo, a importância de reconhecer as estratégias do outro, de levá-las ao diálogo dos grupos *multiculturais* e *multidisciplinares*, para encontrar os modos de suplantá-las e para, contemplando o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental, definir propostas sob nova forma de pensar.

A experiência regional da Amazônia⁸ sugere pautas positivas a serem observadas na implementação de projetos. Dom Luiz entende que “Até os dias de hoje, a Amazônia brasileira, e acredito que as demais, não tiveram um planejamento de desenvolvimento global” (VIEIRA, 2018, p. 1). *Solicitar um planejamento global*. “A ocupação da Amazônia aconteceu e acontece empiricamente [...] sem atenção aos efeitos futuros sobre o solo e o clima. A ambição transforma áreas [verdes] em savanas que, pelo assoreamento das fontes e dos rios, serão desertos” (VIEIRA, 2018, p. 2). *Considerar o impacto ambiental em cadeia* – isto é, considerar também as consequências das consequências. “Nossas universidades e institutos de pesquisa poderiam ver [...] onde a floresta deveria ser preservada [...] onde a mineração poderia ser realizada [...]; como garantir o direito dos povos indígenas às suas terras” (VIEIRA, 2018, p. 2). *Buscar aliados na preservação*. Na elaboração de projetos, a população poderia procurar o apoio de pesquisadores e, ainda, o respaldo da produção científica. Na região, “Num viés colonialista tenta-se tirar dela todo proveito como fonte de energia elétrica, de extração de minérios e outras benesses; tira-se para atender outras regiões do país e pouco se coloca a favor dela” (VIEIRA, 2018, p. 2). O próprio aproveitamento econômico da região pode tornar-se um argumento em sua defesa. *Defender a contrapartida de investimentos*. A Carta enfatiza a necessidade do diálogo na complementação dos saberes buscando a prevenção de problemas ambientais. O artigo sublinha a sua importância no planejamento das ações, na conquista de apoios, na captação de recursos, na reparação e na prevenção de danos. As duas perspectivas convergem na implementação de modelos sustentáveis.

4 *Prosopopeia*

Já mencionamos o roteiro temático da *Laudato Si'*. Embora cada capítulo tenha a sua temática, há “eixos que atravessam a encíclica inteira. Por exemplo: a relação íntima entre os pobres e a fragilidade do planeta (n. 16)”. Qual a relação entre o pobre e a fragilidade do planeta? A caminho dessa resposta, precisamos desvendar uma prosopopeia – do grego “*pro-sopon*”, pessoa, face, rosto –, para chegarmos à visão de natureza inscrita nessa encíclica.

Por vezes, a Carta personifica a terra. “Esta irmã clama contra o mal que lhe provocamos por causa do uso irresponsável e do abuso dos bens que Deus nela colocou. Crescemos a pensar que éramos seus proprietários

⁸ O artigo não apresenta a mesma utilização da metonímia. Contudo, aproximando a encíclica e o artigo, os comentários de Dom Luiz – simetricamente – proporcionam uma ‘pauta positiva’ na implementação de projetos.

e dominadores, autorizados a saqueá-la (n. 2)”. A terra é irmã. A terra clama. Surgem diversas aproximações entre a condição da terra e a do ser humano. “Entre os pobres mais abandonados e maltratados, conta-se a nossa terra oprimida e devastada (n. 2)”. A terra está entre os pobres. A terra está oprimida. A prosopopeia que assiste alguns parágrafos da encíclica — a “irmã terra” — nos remete ao “irmão Sol” e à “irmã Lua” d’“O Cântico das Criaturas”.

A figura guarda algo do essencial no pensamento de São Francisco. Não se trata, portanto, do mero reaproveitamento de uma imagem. A Carta não está apenas resgatando o “O Cântico das Criaturas”, mas, sobretudo, o pensamento de São Francisco na sua própria compreensão dos problemas do meio ambiente e no modo de combatê-los — o pensamento de São Francisco assiste toda a encíclica como se deixa ver desde o título *Laudato Si’*⁹. É mais que um símbolo. O despojamento no lugar dos interesses contingentes? A consideração por todas as criaturas no lugar da indiferença? Francisco, o autor da encíclica, está resgatando uma visão de mundo em que, perante a imensidão do Pai Criador, todas as criaturas são igualmente pequenas. A consequência é uma profunda humildade na qual os homens não podem ser realmente maiores que os demais e na qual as demais criaturas não podem ser “menores” que o homem — não podem ser menosprezadas. O autor utiliza a metáfora “casa comum” para a terra e se refere às criaturas como “irmãs”. Aqueles que vivem em uma mesma casa e, entre si, chamam-se irmãos fazem parte de uma mesma família.

A Terra está entre os pobres e ela clama (n. 2). A aproximação gera uma metáfora. Descortina a natureza ‘maltrapilha’ (degradada), explorada e gradualmente exaurida em seus recursos. Revela um pobre sem voz, isto é, sem o poder de criar para si mesmo uma nova realidade, e uma natureza sem vez, uma natureza que não é considerada na discussão sobre o aproveitamento dos seus próprios recursos. “Quando, na própria realidade, não se reconhece a importância dum pobre, dum embrião [...] — só para dar alguns exemplos —, dificilmente se saberá escutar *os gritos da própria natureza* (n. 117)”. *A terra grita*. A Carta, que, nos primeiros capítulos, preconiza a defesa do meio ambiente como a defesa do ser humano, em alguns pontos, chega, inclusive, a relacionar a defesa do pobre e a do ambiente — entre outros motivos, porque o pobre, muitas vezes, depende diretamente da extração e do aproveitamento dos recursos naturais para o seu sustento e para o seu trabalho. “Não podemos deixar de reconhecer que *uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social*, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres (n. 49)”. *A terra clama, e o*

⁹ Em latim, o título é “Canticum Fratis Solis vel Laudes Creaturarum”. O canto começa, depois de Deus, com o agradecimento do “irmão sol”, e os hemistíquios repetem diversas vezes “*Laudato si’, mi signore*”.

pobre clama (n. 49). Sob a fundamentação de Ex 3,7 (“Ouvi o clamor do meu povo”), a preocupação com o pobre já constava da *Evangelii Gaudium* como uma das suas principais reflexões. Antecipando o direcionamento do tema na Carta, a Exortação Apostólica preconizava a inclusão social — Cf. “A inclusão social dos pobres” (n. 186-216). Comparando os documentos, a metáfora da Carta (o clamor da terra) reaviva, desse modo, o problema da inclusão social – o clamor do povo vindo da Exortação Apostólica –, mas inova, aproximando o problema do pobre ao do meio, reiterando a necessidade de considerar as questões ambientais em um desenvolvimento econômico inclusivo.

Essa aproximação entre o pobre e a natureza é decorrente de uma situação paralela e de uma visão análoga sobre os temas no contexto da Carta *Laudato Si'*: “A lógica que não deixa espaço para uma sincera preocupação pelo *meio ambiente* é a mesma em que não encontra espaço a preocupação por integrar *os mais frágeis* (n. 196)”; “Em alguns círculos, defende-se que a economia atual e a tecnologia resolverão todos *os problemas ambientais*, do mesmo modo que se afirma [...] que *os problemas da fome e da miséria* [...] serão resolvidos simplesmente com o crescimento do mercado (n. 109)”; “Nisto, há uma [mesma] lógica que permite compreender como se alimentam mutuamente diferentes atitudes, que provocam ao mesmo tempo a *degradação ambiental* e a *degradação social* (n. 122)”. As causas profundas dos problemas do pobre e do meio ambiente apontadas pela *Laudato Si'* são, portanto, as mesmas — o paradigma tecnocrático e o relativismo prático.

A Carta solicita “caminhos adequados para resolver os problemas mais complexos do mundo atual, sobretudo *os do meio ambiente e dos pobres* (n. 110)”. A orientação é a mesma nas duas questões — o diálogo sob *perspectiva multicultural* e *multidisciplinar* com a formação de grupos para a defesa do meio e da inclusão social. A análise da prosopopeia assinala que do pensamento de São Francisco deriva um dos principais eixos temáticos da Carta — a preocupação pelo pobre junto da preocupação pelo meio integra todos os capítulos da encíclica. São Francisco, desse modo, é um modelo individual – como percebe-se pelo nome escolhido pelo pontífice — e, nessa Carta, mais que o símbolo, o fundamento de um paradigma desejável – de um paradigma que poderia substituir o paradigma tecnocrático. Encaminhando as conclusões (nessa análise da prosopopeia), podemos voltar ao início (a forma do texto). A Carta indica o combate do paradigma tecnocrático com a formação de grupos que possam dialogar com os grupos de poder. A fraternidade é um dos carismas franciscanos.¹⁰ Assim os antecedentes dessa estratégia de resistência podem ser encontrados no paradigma subjacente ao proposto pelo autor. Com seus recursos

¹⁰ A Ordem Franciscana Secular tem a fraternidade — “Cristo, centro da fraternidade” — entre os seus carismas.

estilísticos e figuras de linguagem – por meio desses traços, desenha-se um rosto nessa encíclica – o rosto de São Francisco.

Da caracterização de São Francisco salta esse paradigma desejável e, torna-se inferível, por contraste, o modelo oposto. O autor, citando São Boaventura, recorda que o santo “enchendo-se da maior ternura ao considerar a origem comum de todas as coisas, dava a todas as criaturas – por mais desprezíveis que parecessem – o doce nome de irmãos e irmãs’. A natureza e o homem, parte de uma mesma família (n. 11)”. Nesse paradigma, as relações simétricas (de análogo respeito) devem prevalecer sobre as relações de domínio. São Francisco seria “exemplo por excelência do cuidado pelo que é frágil (n. 10)”. A preocupação pelo ‘frágil’ poderia superar o desprezo pelo pobre e o descaso com a natureza. Vivia “a harmonia com Deus, com os outros, com a natureza e consigo (n. 10)”. Relações harmônicas entre o homem e a natureza poderiam ser desenvolvidas no lugar das ações que geram desequilíbrio e pobreza. “Entrava em comunicação com toda a criação (n. 11)”. Sua vida propõe a escuta do pobre e da natureza no lugar da falta de diálogo. “Para ele, qualquer criatura era uma irmã, unida a ele por laços de carinho [...] [não] Mera avaliação intelectual ou um cálculo econômico (n. 11)”. O valor inerente do ser humano e da natureza, no modelo proposto, não se perderia diante de valores econômicos. Por Francisco, existe “esta abertura para a admiração e o encanto (n. 11)”. A abertura para o encanto poderia prevalecer sobre o olhar utilitário. Com Francisco, não vamos deixar “de falar a língua da fraternidade (n. 11)”. A fraternidade viria a suplantar o egoísmo. Em Francisco, há espaço para a “beleza na nossa relação com o mundo (n. 11)”. A admiração pelo belo poderia assumir o lugar do automatismo. Podemos “nos sentir intimamente unidos a tudo o que existe (n. 11)”. O sentimento da união romperia as barreiras do individualismo. Seguindo os passos de São Francisco “brotarão de modo espontâneo a sobriedade e a solicitude (n. 11)”. A sobriedade e a solicitude desbordariam as fronteiras do consumismo e da indiferença. O autor enaltece “A pobreza e a austeridade de São Francisco (n. 11)”. A simplicidade e o necessário se contrapõem à idolatria do lucro e do supérfluo. São Francisco “renuncia a fazer da realidade um mero objeto de uso e domínio [...] fiel à Sagrada Escritura, propõe-nos reconhecer a natureza como um livro esplêndido onde Deus nos fala (n. 12)”. A Carta propõe um novo paradigma para que se possa abandonar a velha visão utilitária do meio. Nesse paradigma desejável, a natureza é sagrada.

Concluindo a relação entre o pobre e a fragilidade da Terra — a pergunta desta seção, podemos voltar à nossa pergunta inicial. Por que realizar um Sínodo sobre a Amazônia? Inspiração? Uma área de risco? A pluralidade de causas nos permitiria, sem descartar as anteriores, considerar uma terceira compreensão. Em sua extensão, a *Evangelii Gaudium* assinala uma das

possíveis motivações no contexto desse encontro retomadas na *Laudato Si'*. Há “duas grandes questões que me parecem fundamentais neste momento da história. [...] considero que irão determinar o futuro da humanidade. A primeira é a inclusão social dos pobres; e a segunda, a questão da paz e do diálogo social (n. 185)”. Assim a inclusão social não é apenas um dos sete temas centrais da *Evangelii Gaudium* (n. 17), mas também uma das duas questões que o autor acredita serem fundamentais para o futuro da humanidade (n. 185). O tema desenvolvido na Exortação foi ampliado na Carta — a inclusão social dos pobres. Contudo, no lugar do problema da paz, a Carta se volta ao debate sobre o meio-ambiente. Por que o futuro da humanidade dependeria dessas questões? Qual a relação entre o meio e este futuro?

Hoje, em muitas partes, reclama-se maior segurança. Mas, enquanto não se eliminar a exclusão e a desigualdade dentro da sociedade e entre os vários povos será impossível desarraigar a violência. Acusam-se da violência os pobres e as populações mais pobres, mas, sem igualdade de oportunidades, as várias formas de agressão e de guerra encontrarão um terreno fértil que, mais cedo ou mais tarde, há de provocar a explosão. Quando a sociedade — local, nacional ou mundial — abandona na periferia uma parte de si mesma, não há programas políticos, nem forças da ordem ou serviços secretos que possam garantir indefinidamente a tranquilidade. Isto não acontece apenas porque a desigualdade social provoca a reação violenta de quantos são excluídos do sistema, mas porque o sistema social e econômico é injusto na sua raiz. [...] tende a expandir a sua força nociva e a minar, silenciosamente, as bases de qualquer sistema político e social, por mais sólido que pareça (n. 59).

Sem respeito ao meio, o homem pode enfrentar catástrofes ambientais e perder seu lugar no universo. Sem respeito ao irmão, no plano internacional, surgem guerras; no plano local, guerras civis, guerras urbanas e violência. O homem se destrói. A princípio, parecem ser dois problemas distintos. Entretanto, a paz não acontece sem justiça social — e a justiça social não se realiza plenamente sem a defesa da terra. A terra, por abundância ou escassez, regula o valor dos alimentos e, frequentemente, fornece o trabalho e o sustento do pobre.

Conclusão

Em entrevista, o Pontífice afirma que “o objetivo principal desta convocação é identificar novos caminhos para a evangelização [...] especialmente dos indígenas [...] também por causa da crise da Floresta Amazônica, pulmão [...] para nosso planeta”.¹¹ A evangelização não se desvincula da

¹¹ FRANCISCO, Papa. Sínodo 2019: a Amazônia no coração da Igreja. *Vatican News*. Roma, 2018. Disponível em: <<https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2018-06/sinodo-bispos-amazonia.html>>. Acesso em: 09 mar. 2019.

assistência social (Tg 2,18). Assim a declaração coloca em destaque o problema do indígena e da floresta. Contudo, à luz da encíclica, o contexto local pode ser assimilado ao geral — o indígena e a floresta, o pobre e o meio ambiente. Considerando a análise literária da *Laudato Si'*¹², entende-se que a questão do pobre deve ser pensada junto do problema do meio ambiente (cf. prosopopeia), porque decorrem de um mesmo paradigma (cf. antecipação), que assume diferentes estratégias de atuação na defesa dos seus interesses (cf. antecipação e metonímia). O paradigma tecnocrático e o relativismo prático são o suporte ideológico comum da exclusão social e da desconsideração com a preservação dos recursos naturais no desenvolvimento. A Carta apresenta, inclusive, uma orientação comum para o avanço das duas questões — a formação de grupos para o diálogo com os grupos de poder e interesse (cf. forma do texto).

A partir de uma leitura literária da encíclica, percebe-se que um sínodo sobre a Amazônia já vinha se delineando desde a *Laudato Si'*, uma vez que a região apresenta um contexto privilegiado para a reflexão em conjunto das questões ambientais e sociais — a visão preconizada pelo autor na sua resolução (cf. prosopopeia). Esses problemas têm uma mesma causa profunda e devem, portanto, ser discutidos em conjunto. Trata-se de uma área de risco de importância global que permite analisar modelos existentes e propor, pela mesma razão, novos modelos que possam ser levados a outras regiões. Na Amazônia, o processo de inclusão social dos pobres — nos grupos indígenas, nos migrantes, nas populações ribeirinhas — ocorre em uma área que também solicita redobrada consideração pelas questões ambientais.

O gênero Carta nos propõem a existência de um destinatário. “Na minha exortação *Evangelii gaudium*, escrevi aos membros da Igreja, a fim de os mobilizar para um processo de reforma missionária ainda pendente. Nesta encíclica, pretendo especialmente entrar em diálogo com todos acerca da nossa casa comum (3)”. O remetente espera que cada destinatário faça parte de um grupo e venha a somar — e a viver a franciscana alegria da fraternidade — nesse diálogo.

Referências

BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.

BONNICI, T. *Teoria Literária*. Maringá: Eduem, 2009.

¹² A leitura literal demonstraria apenas que o autor se preocupa com o pobre e com o meio; que ele restringe as suas afirmações para não ser mal interpretado; que dá exemplo de algumas situações em que o diálogo sobre o meio ambiente poderia ser obstado e que preconiza o diálogo no plano local, nacional e internacional.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Paulinas, 1993.

FRANCISCO, Papa. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*. São Paulo: Paulus, 2013.

_____. Carta Encíclica *Laudato Si'*. São Paulo: Paulinas, 2015.

_____. Sínodo 2019: a Amazônia no coração da Igreja. *Vatican News*. Roma, 2018. Disponível em: <<https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2018-06/sinodo-bispos-amazonia.html>>. Acesso em: 09 mar. 2019.

JANCOVICH, M. *The Cultural Politics of the New Criticism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

VIEIRA, L. S. *Não Perder a Esperança*. Manaus: Edições do Autor, 2015.

_____. Um Sínodo Diferente. *Ver Além*, Londrina, 2018. Disponível em: <<http://cms.meioameio0.webnode.com/>> Acesso em: 14 dez. 2018.

Artigo submetido em 20.12.2018 e aprovado em 10.04.2019.

Jéssica Aracelli Rocha é Doutora em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo (USP, 2014), escritora e pesquisadora para a Richmond University, e parecerista do LL Journal da City University of New York (CUNY) desde 2008. Orcid. org/0000-0002-1407-9755. E-mail: apisdien@usp.br

Endereço: Rua Galdino Gluck Jr, 460. Centro
86800-670 Apucarana – Paraná